



MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

Regulamento para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

Publicado no apêndice 138 do Diário da República n.º 252, II série de 31 de Outubro de 2002

Alterado no apêndice 116 do Diário da República n.º 164, II série de 26 de Agosto de 2005

Alterado no Diário da República nº 64, II série de 29 de março de 2012

Preâmbulo

Considerando as desigualdades individuais, subjacentes à problemática da pobreza, cada vez mais é necessária a intervenção da autarquia, no âmbito da acção social, no sentido da progressiva inserção social e melhoria das condições de vida das pessoas e famílias carenciadas;

Considerando a existência de agregados familiares a viver em condições desfavoráveis, numa sociedade que se pretende solidária e onde a habitação representa uma condição imprescindível na qualidade de vida do munícipe, a Câmara Municipal não pode ficar alheia a tais dificuldades e pretende, de acordo com as suas atribuições, intervir nesta área com vista à melhoria das condições habitacionais inerentes aos agregados familiares comprovadamente carenciados;

Por outro lado, considerando que existe muitos jovens do concelho obrigados a abandonar os estudos universitários devido aos encargos que isso implica, condicionando, deste modo, o acesso a uma educação condigna, a Câmara Municipal, de acordo com as suas atribuições no que se refere ao desenvolvimento concelhio no âmbito da educação e ensino, pretende criar condições que visem a igualdade de oportunidades a todos esses jovens.

CAPÍTULO I Generalidades

Artigo 1º Lei habilitante

O presente regulamento tem o seu suporte legal nas alíneas b) a d) do n.º 4, conjugado com a alínea a) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/ 99 de 18 de Setembro.

Artigo 2º Âmbito

1 – Este Regulamento destina-se a estabelecer as regras de concessão de apoio e atribuição de subsídios aos residentes na circunscrição municipal comprovadamente carenciada, nas seguintes áreas de intervenção social:

a) Auto - construção, reconstrução, conservação, beneficiação ou recuperação de habitação própria;

b) Ingresso ou continuação de estudos no âmbito do ensino universitário.

2 – Excluem-se da alínea a) as situações abrangidas por Programas de Apoio do Estado, para estes fins.

3 – A alínea b) não tem como destinatários os alunos que sejam abrangidos por regime especial.

Artigo 3º Falsas Declarações

Sempre que se comprove que um requerente preste falsas declarações, tendo por fim obter algum dos benefício a que se refere o presente diploma, e venha a obter, ficará sujeito, para além do respectivo procedimento criminal, a devolver os montantes recebidos acrescidos dos correspondentes juros legais, para dívidas à administração pública.

Artigo 4º Requerimentos

1 – Os requerimentos deverão respeitar as exigências dos modelos tipo, a fornecer pelo Sector de Acção Social;

2 – Os requerimentos a que se refere o número anterior, deverão conter:

- a) O nome do requerente;
- b) O número fiscal do contribuinte;
- c) O número e data do bilhete de identidade;
- d) A residência;
- e) O objecto da candidatura.

3 – Salvo os requisitos especiais de cada capítulo deverão ser acompanhados:

- a) Fotocópia da última liquidação do IRS, ou declaração emitida pela repartição de finanças de isenção de entrega;
- b) Fotocópia de IRC, nos casos aplicáveis;
- c) Atestado emitido pela Junta de Freguesia sobre a composição do agregado familiar e de situação de carência económica.

Artigo 5º

Candidaturas

Sempre que haja lugar á apresentação de candidaturas, estas serão, obrigatoriamente, apresentadas em requerimento tipo, a obter junto do Sector de Acção Social desta câmara.

CAPÍTULO III

Ingresso ou continuidade de estudos no âmbito do ensino universitário

Artigo 20º

Âmbito e objectivos

1 – O presente regulamento visa o desenvolvimento educacional através da atribuição anual de bolsas de estudo aos estudantes residentes no concelho e que frequentem ou pretendam frequentar estabelecimentos do ensino superior, como tal reconhecidos pelo Ministério da Educação;

2 – A atribuição de bolsas de estudo incide sobre os estudantes de poucos recursos económicos.

Artigo 21º

Duração e aproveitamento escolar

1 – A Câmara Municipal da Lourinhã atribui anualmente bolsas de estudo aos estudantes que se encontrem nas condições estabelecidas no presente regulamento;

2 – As bolsas têm a duração do ano lectivo, de acordo com o calendário escolar respectivo, podendo ser renovadas por sucessivos e iguais períodos até à conclusão global dos candidatos beneficiários;

3 – Cada estudante contemplado só poderá beneficiar da atribuição ou renovação da bolsa em caso de ter tido aproveitamento escolar no ano anterior e se continuar reunidos os pressupostos de carência que determinaram a atribuição da bolsa;

4 – No caso de o aluno já ser beneficiário de subsídio em ano anterior, terá que comprovar que obteve aproveitamento no ano em que foi contemplado com apoio municipal;

5 – Se o aluno não obtiver aproveitamento no ano em que foi subsidiado, ser – lhe – à dada uma segunda oportunidade, com uma redução de 25% nos montantes previstos em relação aos alunos que tiveram total aproveitamento;

6 – Considera-se que teve aproveitamento escolar num ano lectivo, o aluno que reuniu as condições fixadas pelos órgãos competentes do estabelecimento de ensino que frequenta e que lhe permitam a matrícula no ano seguinte do curso;

7 – Cada estudante só poderá ser apoiado no máximo de 6 anos lectivos.

Artigo 22º

Natureza das bolsas

1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as bolsas de estudo serão de natureza pecuniária e nos montantes definidos no quadro seguinte, em função do escalão respectivo:

Escalões	Capitações (rendimento per capita)	Bolsa
----------	------------------------------------	-------

I	Até 150 euros	1.250 euros
II	Até 200 euros	1000 euros
III	Até 250 euros	500 euros

2 – Não serão admitidos candidatos cujo rendimento per capita seja superior aos do terceiro escalão do quadro anterior.

3 - O número de bolsas a atribuir por ano letivo, de acordo com os escalões definidos anteriormente, dependerá do montante estabelecido e aprovado anualmente pela Câmara Municipal da Lourinhã.

4 – Os candidatos serão ordenados, para efeito de atribuição da bolsa, segundo o rendimento familiar per capita mais baixo, sendo que, em caso de igualdade de circunstâncias, será dada preferência aos candidatos com mais elevada classificação académica.

Artigo 23º **Processo de candidatura**

1 – As candidaturas às bolsas de estudo deverão ser entregues durante os meses de Setembro e Outubro de cada ano;

2 - O requerimento de candidatura, deverá ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã e entregue na Divisão Socio-Cultural / Sector de Acção Social desta Câmara, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certificado de matrícula ao comprovativo de admissão ao curso;
- b) Certificado de aproveitamento escolar obtido no último ano lectivo frequentado;
- c) Atestado de residência;
- d) Ao rendimento ilíquido do agregado familiar serão deduzidos os encargos com despesas da renda mensal, no caso de residir em habitação arrendada, ou encargo mensal no caso de aquisição, até um valor máximo de 2.095,00 €, comprovados através da declaração do IRS. No caso de isenção de declaração do IRS, através de documento que comprove a despesa anual com a habitação;
- e) Termo de responsabilidade (a fornecer pela Câmara Municipal da Lourinhã);
- f) Declaração comprovativa dos rendimentos ilíquidos auferidos pelo agregado familiar, no ano civil anterior ao ano da candidatura, ou declaração de isenção, emitida pela repartição de finanças, se for o caso;
- g) Em caso de situação de desemprego, de qualquer dos elementos do agregado familiar, deve ser apresentada declaração demonstrativa, emitida pela entidade competente, na qual conste o montante do subsídio, bem como indicação do início e fim dessa situação.

3 – Aos trabalhadores activos, dispensados da apresentação de IRS e na ausência de apresentação de documento comprovativo do rendimento mensal é imputado o rendimento equivalente ao salário mínimo nacional;

4 – Os candidatos têm de assinar um termo de responsabilidade pela exactidão das informações prestadas e dos documentos entregues.

Artigo 24º **Processo de selecção**

As candidaturas serão objecto de análise por parte da Divisão Sócio - Cultural / Sector de Acção Social da Câmara Municipal.

Artigo 25º **Publicitação dos resultados**

1 – Os resultados da decisão da eventual aprovação de apoio económico, serão publicitados de acordo com o art.º 91º da Lei 169/99 de 18 de Setembro;

2 – As reclamações poderão ser feitas, por escrito, no prazo de 15 dias a contar da data da notificação dos resultados.

Artigo 26º **Pagamento da bolsa**

O pagamento da bolsa será efectuado na sua totalidade, até ao final do primeiro trimestre do ano civil subsequente ao da entrega da candidatura, na tesouraria da Câmara Municipal da Lourinhã.